

Economia

PREJUÍZO MILIONÁRIO NA CHINA
IA reproduz executivos em reunião falsa
Com 'deepfake', criminosos convencem multinacional a transferir R\$ 129 milhões



PIOR NÍVEL EM 19 ANOS

SALÁRIOS PERDEM ESPAÇO

Parcela do rendimento dos trabalhadores cai abaixo de 40% do PIB enquanto lucros sobem

CASSIA ALMEIDA

cassia@globon.com.br

O peso dos lucros de negócios e de outros ganhos fica cada vez maior no Produto Interno Bruto (PIB) enquanto a porção dos salários e contribuições dos trabalhadores vem caindo no Brasil desde 2017. Em 2016, a renda dos assalariados chegou ao pico: 44,7% do PIB. Desde então, caiu abaixo de 40%, afastando o Brasil do perfil das economias mais desenvolvidas e evidenciando a alta desigualdade.

Segundo o PIB medido pelo IBGE pela ótica da renda (que divide a economia entre capital e trabalho), essa fatia chegou a 39,2% em 2021, último dado disponível, o menor desde 2004. Para especialistas, ainda não houve recuperação.

Na outra ponta, o excedente operacional bruto, que corresponde ao lucro das empresas, fez movimento contrário. Passou de 32,1% em 2015 para 37,5% do PIB brasileiro em 2021, maior fatia da série histórica, iniciada em 2000.

Segundo economistas, três fatores contribuem para essa nova tendência: queda da renda do trabalho; redução de vagas e aumento dos lucros com digitalização e automação; e "prejuízo" (mais empregos contratuados como pessoa jurídica em vez de carteira assinada), o que faz o rendimento do trabalho ser considerado lucro de empresa.

— Há duas maneiras de ver a desigualdade: do ponto de vista da renda pessoal e dessa distribuição funcional da renda, entre capital e trabalho. Nessa medida não conseguimos identificar a desigualdade entre os trabalhadores, mas vemos que há mais renda apropriada pelo capital e menos pelos trabalhadores — explica Kátia Nami, gerente de Renda e Investimento de Contas Nacionais do IBGE.

A pandemia, iniciada em 2020, aprofundou essa tendência, que Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Pesson Brasil, estima ter sido freada em 2022 e 2023, mas tudo indica que o nível de participação dos salários na economia segue abaixo de 40%, sem ter ainda voltado ao nível de 2019. Isso porque da-

DISTRIBUIÇÃO DO PIB PELA RENDA Participação dos componentes na economia (em %)



COMPARAÇÃO INTERNACIONAL Partição da remuneração dos empregados no PIB (em %, em 2021)



Fonte: IBGE e OCDE. *Último dado disponível.

dos mais recentes da Pnad, também do IBGE, apontam que a massa de rendimentos do trabalho contribuiu com 32% do PIB no fim do ano passado. Houve uma recuperação após a queda forte da pandemia, em 2020, mas ainda não foi suficiente para voltar a patamar pré-pandemia, em torno de 35%. O nível atual é o mesmo de 2014.

RECUPERAÇÃO LENTA

O economista diz que, para recuperar espaço, o salário real tem que subir mais que o PIB e a produtividade da economia.

— Houve queda muito forte do rendimento do trabalho em 2021, e esses rendimentos demoram para voltar. Esse período de queda da participação dos salários no PIB entre 2016 e 2021 foi marcado por duas crises. A primeira, a recessão iniciada em 2014, no governo de Dilma Rousseff, resultou em uma retração de cerca de 7% do PIB e foi seguida por um período de estagnação econômica com taxa de desemprego chegando a dois dígitos. A pandemia derribou ainda mais o mercado de trabalho — com o desemprego atingindo o pico de 14% da força de trabalho em 2021, no governo de Jair Bolsonaro — agravou esse processo.

— Há uma defasagem no impacto da recessão nos salários. Há rigidez para demitir e reduzir salários, por isso só vemos mudança nos anos seguintes — diz Kátia Nami, do IBGE, destacando que as atividades que mais cresceram nos últimos anos são intensivas em capital, precisam de muito investimento em equipamentos e menos de mão de obra. — Foi assim nesse período, com o crescimento da indústria extrativa e agropecuária mais intensiva em capital. Isso faz aumentar a participação do excedente operacional bruto.

Margarida Gutierrez, professora do Grupo de Conjuntura da UFPA, chama a atenção para o forte investimento em capital do setor de serviços nos últimos anos. O setor que mais



Indústria têxtil. Parcela dos salários e contribuições dos empregados no PIB brasileiro voltou aos patamares de 2005

emprego acelerou a informatização, aumentando os lucros.

— Com o avanço da Tecnologia de Informação (TI), as plataformas de comercialização (como lojas on-line), houve um aumento do volume de capital no setor de serviços.

PARCELA DE R\$ 3,9 MILHÕES Para Cristiano Martins, gerente de Bens e Serviços de Contas Nacionais do IBGE, essa

tendência pode ser positiva ou negativa para o bem-estar da população. Vai depender da estrutura econômica de cada país. Onde há maior participação dos trabalhadores nos lucros, por meio de ações de empresas por exemplo, pode ser um sinal positivo. Mas não

é o caso do Brasil, afirma.

— Depende de como é distribuída a renda do capital. No Brasil, como os trabalhadores tendem a não ter muita participação no capital, é ruim. Estatísticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais avançadas, mostram que os países mais desenvolvidos têm participação da remuneração dos empregados mais próximas de 50%. É de 48,2% na Zona do Euro, na União Europeia, chega a 53,8% nos EUA, 50,6% no Reino Unido. Já nos países em desenvolvimento, essa parcela é bastante baixa, abaixo dos 40%, como agora é o caso do Brasil. Fica em

37% no Chile, 34% na Colômbia e 26,9% no México.

Para Fernando Montero, a expansão da participação dos lucros na economia explica parte do comportamento da inflação no momento: índices se mantêm baixos mesmo com rendimento do trabalho em alta (subiu 7,2% em 2023). Normalmente, quando os salários sobem, a inflação tende a acompanhar, se não houver aumento de produtividade.

— O crescimento do salário real está acontecendo em cima de margens de preço muito infladas, sem pressões desses preços. Há uma gordura nos preços industriais, agrícolas e nos administrados (definidos pelo governo, como tarifas de energia e transporte). Tudo que não era salário estava inflado, com margens muito altas — afirma Montero.

PODER DE COMPRA

Mesmo com a alta recente, o economista avalia que, nos últimos anos, os salários sofreram "perdas atrezo". O que favoreceu o consumo, na visão dele, foram transferências do governo (auxílios e Bolsa Família), aposentadorias e pensões, que não são contabilizadas especificamente nesse tipo de cálculo do PIB.

— Ao longo desse período, as transferências do governo (como o auxílio emergencial) foram enormes. As transferências começam a cair em 2022, antes que os salários recuperassem sua fatia na economia. Em 2023, os rendimentos do trabalho estão recuperando com o crescimento simultâneo das transferências — diz.

Montero, no entanto, diz que a perda de poder de compra do trabalhador se vê na inflação por grupos de preços nos quatro anos após a chegada da Covid-19. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) ficou em 27,15% no período, mas a inflação no domicílio subiu 45,61%, produtos industriais encareceram 27,43% e os preços administrados acumularam alta de 25,66%. Na outra ponta, serviços intensivos em trabalho subiram apenas 17,15%.

— Há um claro ganhador e um claro vencedor. No período, o salário real entregou mais PIB do que recebeu — diz.

Bolsa Família elimina 1,7 milhão de beneficiários

Com revisão ao longo de 2023, governo cortou cadastros irregulares de lares de uma só pessoa, que dispararam sob Bolsonaro

DIMITRIOS DANTAS
dimitrios.dantas@globon.com.br

Em um ano, 1,7 milhão de famílias unipessoais, isto é, compostas por apenas uma pessoa, foram retiradas da lista de beneficiários da Bolsa Família. Essas pessoas estavam recebendo o benefício

irregularmente ou integravam uma família maior, mas diziam morar sozinhas. O governo Lula faz, desde o início da gestão, uma revisão no Cadastro Único (CadÚnico), base de dados utilizada para o pagamento dos benefícios sociais do governo.

Durante o governo de Jair Bolsonaro, quando o pro-

grama passou a se chamar Auxílio Brasil, o número de famílias unipessoais disparou, indo de 2,2 milhões no fim de 2021 para 5,8 milhões no início de 2023.

A criação de um piso de R\$ 600 para o benefício favoreceu o aumento do número de famílias unipessoais. Antes, não havia um piso e, quanto

maior a família, maior o valor do benefício. O piso sem considerar quantidade de residentes, na visão do governo, levou muita gente a simular que morava sozinho para ter mais benefícios na família.

Lula recorreu à Bolsa Família em janeiro de 2023 e determinou uma revisão nos benefícios. Não há restrições, no

Bolsa Família, a quem mora sozinho. O que não pode é dizer que mora só, mas dividir a casa com outras pessoas também beneficiadas.

De acordo com dados do Cadastro Único, eram 5,8 milhões de famílias unipessoais entre os beneficiários do Bolsa Família (então Auxílio Brasil) em dezembro

de 2022. Em dezembro de 2023, eram 4,15 milhões.

Além da revisão das famílias unipessoais, também é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social uma revisão em relação ao cumprimento dos critérios de renda. Para receber o benefício, a principal regra é que a família tenha renda mensal de até R\$ 218 por pessoa. O Bolsa Família terminou 2023 com 21,06 milhões de lares atendidos. O número de pessoas beneficiadas foi de 54,7 milhões para 56 milhões em um ano.